

## Representações de Mulheres Negras e Indígenas nos Livros Didáticos da Rede Pública de Manaus/AM

*Representaciones de Mujeres Negras e Indígenas en los Libros de texto de la Red Pública de Manaus/ AM*

*Representations of Black Women and the Indigenous in the Textbooks of the Public Network of the city of Manaus/AM*

**Raescla Ribeiro de Oliveira**  
**Helenice Aparecida Ricardo**

**Resumo:** O presente artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica intitulada “Os conteúdos étnico-raciais nos livros didáticos de Manaus/Am: representações de mulheres negras e indígenas”, apoiada pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas - FAPEAM. A pesquisa teve por objetivo discutir a Lei 11.645/2008 em vigência, analisando sua aplicação nos livros didáticos, e como as representações de gênero e raça se constroem nesse instrumento. O estudo constatou que muitas mudanças qualitativas ocorreram no que diz respeito à representação das populações negras e indígenas, mas que, ao buscarmos encontrar as mulheres pertencentes a esses grupos étnicos, ainda lidamos com um vazio, com uma invisibilidade e um silenciamento que lhes reduz quaisquer possibilidades de voz, nas Ciências, Artes, História, entre outras áreas.

**Palavras-chave:** Livro Didático. Empoderamento. Conteúdos Étnico-raciais.

**Resumen:** El presente artículo es el resultado de la investigación de iniciación científica titulada "Los contenidos étnico-raciales en los libros didáticos de Manaus/Am: representaciones de mujeres negras e indígenas", apoyada por la Universidad Federal del Amazonas - UFAM y financiada por la Fundación de Amparo la Investigación del Amazonas - FAPEAM. La investigación tuvo por objetivo discutir la Ley 11.645 / 2008 en vigencia, analizando su aplicación en los libros didáticos, y cómo las representaciones de género y raza se construyen en ese instrumento. El estudio constató que muchos cambios cualitativos ocurrieron en lo que se refiere a la representación de las poblaciones negras e indígenas, pero que al buscar encontrar a las mujeres pertenecientes a esos grupos étnicos todavía lidamos con un vacío, con una invisibilidad y un silenciamento que les reduce cualquier posibilidad de en las Ciencias, Artes, Historia, entre otras áreas.

**Palabras clave:** Libro Didático. El Empoderamiento. Los Contenidos Étnico-raciales.

**Abstract:** This article is a result of a scientific initiation research titled "Ethnic-racial content in the textbooks of Manaus/Am: representations of black and indigenous women", supported by the Federal University of Amazonas - UFAM and financed by the Foundation for Research Support of the Amazonas - FAPEAM. The research aimed to discuss Law 11.645/2008 in effect, analyzing its application in textbooks, and how representations of gender and race are built through this instrument. The study found that many qualitative changes have occurred regarding the representation of black and indigenous populations, but when we seek to find women belonging to these ethnic groups, we still deal with a void, with an invisibility and a silencing that reduces any possibilities of voice, in Sciences, Arts, History, or other areas.

**Keywords:** Textbook. Empowerment. Ethnic-racial Content.

**Raescla Ribeiro de Oliveira** – Graduada em Pedagogia - FACED/UFAM. Professora em SEMED/Manaus.  
Email: [oraescla@gmail.com](mailto:oraescla@gmail.com)

**Helenice Aparecida Ricardo** – Mestre em Educação - FACED/UFAM. Professora no Departamento de Educação Escolar Indígena - FACED/UFAM . Email: [hele\\_ricardo@yahoo.com.br](mailto:hele_ricardo@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

A lei 11.645/2008 que torna obrigatório nos currículos, do ensino fundamental ao médio, a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena, promove os princípios de uma educação intercultural, em que haja um diálogo entre as diferentes culturas. A lei está em vigência desde o ano de 2008, no entanto as pesquisas mais recentes apontam inúmeros questionamentos quanto à realidade escolar, à metodologia e ao material didático envolvido no cotidiano das escolas, colocando em questão a aplicabilidade da lei.

Em pesquisa prévia sobre essa temática, analisamos os conteúdos étnico-raciais nos livros didáticos da rede pública de ensino e notamos a necessidade de verificar a qualidade da representação das mulheres e meninas negras e indígenas nas obras didáticas, considerando a perspectiva de uma sociedade ainda marcada por graves conflitos de gênero, como o machismo e o sexismo, e o quanto essa situação reflete nas construções de nossas percepções e produções intelectuais e culturais.

O estudo do tema foi realizado com base em autores e autoras que discutem sobre questões de gênero e as relações étnico-raciais, considerando os discursos dos livros didáticos como fatores fundamentais para a manutenção e a criação de práticas sociais que redundam, muitas vezes, no racismo e no machismo. Dentre estes autores, destacamos Adichie (2017), Sena (2016), Candau (2008) Braga (2013) e Fairclough (2005).

Considerando que a história é narrativa e que a narrativa precisa ser tecida, contada e construída nas páginas dos livros, dos jornais, revistas e das mais diversas formas de comunicar o mundo, constatamos que as mulheres estiveram, por longo tempo, cobertas pelo véu da invisibilidade. Assim, se falamos de mulheres e das entrelinhas das relações de gênero construídas socialmente, não devemos nos esquecer que a mulher não é um ser genérico ou universal, pois a construção do ser mulher perpassa diversas relações – de raça, sexualidade, classe, territorialidade e outras – que emanam das vivências diversificadas que constroem a multiplicidade do que é ser mulher.

Essa pesquisa buscou compreender qual a representação que as mulheres negras e indígenas têm recebido nas páginas dos livros didáticos e paradidáticos. Buscamos entender se mulheres negras e indígenas estão sendo representadas como agentes de sua própria história e se suas contribuições nos mais diversos períodos e setores têm sido relatadas ou se, ao contrário, as representações ainda estão presas a estereótipos e preconceitos.

### 1. Rompendo o silêncio

Para a pesquisa aqui relatada, nos utilizamos das abordagens teóricas de Braga (2013) e Fairclough (2005), acerca da Análise Crítica do Discurso – ACD, que utilizamos como meio de análise dos dados coletados e para discutir a representação que mulheres negras e indígenas estão tendo.

Na discussão sobre a abordagem mais adequada para a representação das mulheres, nos utilizamos das próprias vozes femininas, a partir de reflexões teóricas e relatos de experiências de escritoras negras e indígenas. Dentre essas autoras, cabe destaque às escritoras negras, a norte-americana bell hooks e a africana Adichie, que são militantes do movimento negro e feminista. Também utilizamos o livro “Pelas Mulheres Indígenas” (2015), elaborado coletivamente por mulheres das comunidades indígenas Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó e Karapotó Plaki-ô. Nossa escolha pelo protagonismo das vozes de mulheres negras e indígenas na construção deste trabalho teve o intuito de garantir,

minimamente, que as reflexões aqui realizadas estejam de acordo com as reivindicações das mulheres por elas representadas. Acreditamos que, assim, poderemos colaborar para que suas vozes não ocupem espaços apenas de objeto, mas sim de protagonismo na análise científica que realizamos.

No mundo idealizado do homem cis, branco, heterossexual, uma multidão de pessoas são invisibilizadas e inúmeras identidades são massacradas. De forma geral, o livro didático que temos é elaborado sob esse ideário, sob uma única e homogênea perspectiva, em que mulheres negras e indígenas são representadas de forma inadequada, por vezes, de forma estereotipada ou preconceituosa.

Para que possamos compreender a necessidade de falarmos de mulheres negras e indígenas e de suas representações, contrariamente ao discurso que preconiza que devemos tratar apenas de “mulheres”, no geral, trazemos a abordagem da análise interseccional proposta pelas feministas negras:

Na América, o estatuto social das mulheres negras e brancas nunca foi o mesmo. No século XIX e no início do século XX na América, poucas semelhanças podem ser encontradas entre as experiências de vida desses dois grupos femininos. Apesar de ambos serem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo as mulheres negras foram sujeitas a opressões que nenhuma mulher branca foi forçada a suportar. De facto (sic), o imperialismo racial branco garantiu a todas as mulheres brancas, embora vitimizadas pela opressão sexista, o direito em assumir o papel de opressora na relação com as mulheres negras e com os homens negros. (hooks, 1981, p.89).

Logo, compreendemos que a intersecção entre raça e gênero moldou de modo totalmente diferente as formas de representação e de vivências de mulheres negras, indígenas e brancas. Muitos são os desafios para se construir novos olhares sobre mulheres negras e indígenas que, há anos, têm sido estereotipadas e invisibilizadas, pois, quando a história de uma “mulher notável” está sendo contada nas páginas dos livros didáticos, as chances de ser uma mulher negra ou indígena são praticamente inexistentes.

As mulheres negras e indígenas dificilmente têm espaço nas páginas dos livros didáticos. Encontrá-las é um grande desafio, e, quando as encontramos, esbarramos em imagens construídas por meio de estereótipos, atravessadas por uma hipersexualização, uniformizadas em figuras estáticas, em *locus* social trabalhado discursivamente em prol de um ideário de posições que acabam por fortalecer as relações de dominação e de poder na sociedade.

Santos (2014), em sua pesquisa sobre representações nos livros didáticos, afirma que “[...] nota-se uma associação da mulher negra à posição de desprestígio como algo comum e, portanto, natural.” (SANTOS, 2014, p.60).

Logo, entendemos que tanto a mulher negra quanto a mulher indígena tem suas histórias negligenciadas e são personagens pouco valorizadas dentro da sociedade brasileira. Porém suas histórias vêm sendo resgatadas, sobretudo nas últimas décadas, e esse resgate necessita ser expresso nas páginas dos livros didáticos.

Neves e Kauss (2011) discutem a construção da representação das mulheres indígenas ao longo do tempo e as mudanças significativas que ocorreram para que elas resistissem e buscassem ocupar os espaços de protagonismo sobre suas histórias. As autoras apontam que:

Mística, bela, inocente, guerreira, selvagem e serena, a figura da mulher indígena sempre fez parte do imaginário coletivo dos documentos oficiais, músicas e, principalmente, da literatura. Essa maneira de olhar o segmento feminino [...] teve início com a chegada dos portugueses em 1500. (NEVES; KAUSS, 2011, p. 80).

Dessa forma, as autoras nos informam que foi a partir de uma perspectiva eurocêntrica, que privilegiava a visão europeia sobre o mundo, é que se ergueu e se construiu as representações das mulheres indígenas. Assim, foi o olhar do homem branco, cristão e europeu que desenhou a narrativa sobre a mulher indígena e quem também a invisibilizou.

As autoras contribuem, ainda, lembrando que “Lindóia, Moema e Iracema, personagens doces, ricas e encantadoras, povoam o imaginário brasileiro, através de seus criadores que lhes legaram a imortalidade, mas negaram-lhes voz para contar a dor e a sua versão dos fatos.” (NEVES; KAUSS, 2011, p. 85).

As autoras trazem à tona um debate essencial, que esclarece os porquês de representações tão distorcidas. Nesse debate, demonstram que quem narra e como narra são eixos fundamentais para se entender os porquês e para se transformar a narrativa e construí-la de maneira em que o direito à diferença ganhe força, voz e vez.

As abordagens teóricas e conceituais definem, por vezes, o como narrar e podem apresentar o diferencial na produção do material didático, concebendo textos, imagens e afins que produzam uma narrativa em que mulheres negras e indígenas tenham uma representação que desmistifique os estereótipos que foram construídos.

Nesse sentido, entendemos que uma mudança qualitativa sobre a imagem e as narrativas de mulheres negras e indígenas terá êxito no momento em que os livros didáticos consigam garantir o lugar de fala dessas mulheres e que elas possam contar suas histórias.

As mulheres indígenas das comunidades – Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó e Karapotó Plaki-ô – deixaram em evidência essa necessidade de mudança na construção da narrativa sobre suas vivências com a obra coletiva “Pelas Mulheres Indígenas” (2015). Nessa obra, suas práticas sociais, de trabalho e resistência são narradas por elas mesmas. Uma das autoras traz à tona a sua trajetória de resistência e relata:

Passei por muitas dificuldades quando comecei a lutar. Meu esposo não entendia a minha luta. Não entendia porque eu viajava tanto. Tive que escolher e escolhi a luta. Graças a essa luta, hoje há várias aldeias que ajudei a construir. Uma delas é a Aldeia Dois Irmãos, da qual sou cacica. (Arian Pataxó, 2015, p.24).

Relatos como este possuem a potência de desequilibrar as imagens negativas construídas até então, que reforçam o ideário de que os povos indígenas estão nas páginas do passado da História brasileira, que mulheres indígenas são retratos hipersexualizados e coadjuvantes de suas histórias. Relatos como esse desconstruem percepções negativas, e são esses relatos que necessitam fazer parte das páginas dos livros didáticos em toda a Educação Básica, pois possibilitam a aplicabilidade do texto da lei n. 11.645/2008, que enfatiza a importância de relatos que demonstrem “[...] a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”.

As palavras em primeira pessoa podem preencher os vazios da narrativa histórica acerca das vidas e lutas negras e indígenas. Para preencher os vazios do “quem narra”, temos de ter na composição dos textos e das imagens, mulheres negras e indígenas contando suas próprias histórias. Só assim o véu da invisibilidade será retirado sobre suas imagens e suas vozes poderão ecoar nas salas de aulas, promovendo o respeito às diversas identidades, através da identificação de meninas negras e indígenas com imagens positivas.

Nisso consiste o que chamamos de “empoderamento”: “O ‘empoderamento’ começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social” (CANDAU 2008, p. 54). Entendemos que, para que meninas negras e indígenas consigam se entender enquanto agentes sociais e de sua própria história, elas precisam se fortalecer através de imagens positivas.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2017), em seu livro “Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto”, traz diversas reflexões sobre questões de gênero e raça para uma educação que promova os direitos humanos e a cidadania, bem como o respeito mútuo. Destacamos aqui um trecho dessa obra, que toca justamente na representatividade de mulheres e meninas negras, em que a autora aconselha:

Esteja atenta também em lhe mostrar a constante beleza e capacidade de resistência dos africanos e dos negros. Por quê? A dinâmica do poder do mundo fará com que ela cresça vendo imagens da beleza branca, das realizações brancas, em qualquer lugar que ela estiver. Isso estará nos programas de TV a que ela assistir, na cultura popular que consumir, nos livros que ler. Provavelmente crescerá vendo imagens negativas da negritude e dos africanos. (ADICHIE, 2017, p. 52).

As palavras de Adichie são as palavras de uma mulher negra que ressalta aspectos de uma realidade social em que o olhar eurocêntrico tem prevalecido, em que meninas negras não se reconhecem nem se identificam, em que a História da África, dos africanos e africanas, negros e negras, tem sido negligenciada, silenciada e invisibilizada. A autora continua:

Ensine-lhe a sentir orgulho da história dos africanos e da diáspora negra. Encontre heróis e heroínas negros na história. Existem. Você talvez precise contradizer algumas coisas que ela aprenderá na escola – o currículo nigeriano não é muito imbuído da idéia de ensinar as crianças a sentirem orgulho de sua história. (ADICHIE, 2017, p. 53).

Dessa maneira, a autora informa a necessidade de, às vezes, contrapor o próprio currículo escolar, pois este não tem valorizado a imagem de sua própria população. A falta que se comete no currículo nigeriano, apontada por Adichie (2017), não é tão diferente daquela encontrada no currículo brasileiro. Entretanto, é pela busca de uma educação de qualidade em que todas e todos possam ter voz, possam vivenciar o empoderamento, compreender suas particularidades e possam acreditar na importância que cada um possui enquanto sujeito histórico e social, por uma educação de cidadãos e cidadãs de direitos é que buscamos romper com a invisibilidade de mulheres negras e indígenas e indicar caminhos para mudanças qualitativas.

A representação das mulheres negras e indígenas está cercada por discursos que optam pela manutenção da ordem e relação entre os que dominam e os que são dominados, o que acaba por estabelecer a naturalização de relações de dominação:

A naturalização de relações de dominação via discurso ocorrem, especialmente, por meio de grupos sociais que possuem um acesso maior ao discurso público como os autores de materiais didáticos, por exemplo. Isso significa que o LD é um instrumento que veicula poder e ideologia, defendendo, muitas vezes interesses de grupos majoritários. (BRAGA, 2013, p.94).

Concordando com a perspectiva de Braga (2013), entendemos a necessidade de uma análise crítica dos discursos impressos nas páginas dos livros didáticos e das narrativas que se constroem acerca de mulheres negras e indígenas, considerando a intencionalidade ressaltada por Braga na elaboração de tais materiais.

## **2. Caminhos metodológicos: achados e perdidos das representações das mulheres negras e indígenas**

De acordo com tais reflexões, a análise de dados dessa pesquisa teve por base a Análise Crítica do Discurso – ACD de Fairclough (2005). Fairclough justifica que não entende a ACD como uma metodologia, mas sim como uma teoria, porém, direciona alguns aspectos a serem considerados para o uso da ACD na pesquisa.

Segundo o autor, para a realização da pesquisa pela ACD, quatro elementos são essenciais – a semiose, o gênero, o discurso e os estilos.

A semiose “(...) inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 308). Logo, ela pode ser entendida como o objeto de análise e eixo estruturante da ACD que se encontra presente em todas as etapas da pesquisa.

O gênero se reflete na forma como produzimos na vida a semiose: nas conversas, jornais, revistas e livros didáticos, por exemplo. Os discursos, por sua vez, referem-se às “representações e autorepresentações” concernentes aos gêneros; e, aos estilos, deixam transparecer as identidades e os *loci* sociais construídos e que se constroem.

Ao identificar em uma análise esses quatro pontos, se faz necessário, segundo o autor, considerar o impacto e a propagação dos discursos identificados, as estruturas e as mudanças das estruturas para que se chegue às significações analisadas, relação entre as ideias que dominam e que não dominam e o questionamento das diferenças entre elas.

Após essa análise, o autor recomenda outros cinco passos, que se iniciam com a ênfase na problemática social identificada; em seguida, no entendimento dos obstáculos e suas possíveis resoluções; adiante, o autor indica que devemos procurar saber se há uma intencionalidade para a existência do problema para a sociedade; criar propostas que possam minimizar e/ou dar fim à problemática identificada na pesquisa; e, por fim, o autor recomenda a reflexão crítica como fator conclusivo da pesquisa com ACD.

Partindo das recomendações do autor, buscamos identificar e analisar as representações que mulheres negras e indígenas têm recebido nas páginas dos livros didáticos, entendendo que a Análise Crítica do Discurso é a “teoria” que mais se aproxima dos objetivos da pesquisa, podendo viabilizar, na análise, a discussão sobre elementos de dominação e outras questões.

Inicialmente realizamos levantamento teórico sobre a temática, o que oportunizou nossa fundamentação teórica. Em seguida, partimos para a realização da pesquisa documental.

Considerando os processos que essa pesquisa demandaria e o prazo para execução da proposta, optamos pela análise das obras mais relevantes para a discussão. Sendo assim, registramos o total de três obras analisadas, como podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 1 – Livros didáticos analisados**

EDITORA/ COMPONENTE CURRICULAR	LIVRO DIDÁTICO
EDITORA MODERNA LTDA CIÊNCIAS	PROJETO BURITI - CIÊNCIAS 5º ANO EF
EDITORA MODERNA LTDA ARTES	PROJETO PRESENTE - ARTE 4º e 5º ANO - VOLUME ÚNICO
EDITORA FTD HISTÓRIA E GEOGRAFIA (Livro Regional)	AMAZÔNIA LEGAL – HISTÓRIA E GEOGRAFIA 4º e 5º ANO - VOLUME ÚNICO

O critério de seleção dos livros se orientou pelo ano/série e os componentes curriculares. Na perspectiva da lei que aqui discutimos, a História e as Artes têm papel acentuado no trabalho com os conteúdos referentes às populações africanas, afro-brasileiras e indígenas, por isso, escolhemos os livros de História e Artes para serem analisados. Quanto à escolha dos componentes Ciências e Geografia, o intuito foi compreender como as representações de negras e indígenas têm se dado nos componentes curriculares que não recebem ênfase da lei, mas que também são responsáveis por aplicá-la. A escolha do segundo ciclo, com o quarto e quinto ano, foi realizada a partir da análise dos conteúdos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), em que identificamos a acentuada presença dos conteúdos referidos na Lei n. 11.645/2008.

Coletamos e analisamos as propostas presentes na BNCC e nos PCN's para o ensino e valorização da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos componentes curriculares de História, Geografia, Artes e Ciências. Em seguida, discutimos acerca dos métodos a serem empreendidos para a análise dos livros e optamos pela Análise Crítica do Discurso na análise do livro “Amazônia Legal – História e Geografia - 4º e 5º ano – vol. único”. Esse tipo de análise necessita de bastante tempo e dedicação, então, para o exíguo tempo da pesquisa de iniciação científica, se tornou inviável a análise dos três livros dentro desta abordagem. Assim, os demais livros (escolhidos para uma análise preliminar do tema) foram analisados segundo a seguinte tabela:

**Figura 1 - Análise detalhada dos Livros Didáticos**

LIVRO DIDÁTICO:									
AUTORES:			EDITORA:					ANÁLISE TEXTUAL	
AGENTE	AÇÃO	CONTEXTO	CARACTERÍSTICAS	FREQUÊNCIA	PÁGINA	TIPODE FIGURA	OBSERVAÇÃO	CITAÇÃO	REFLEXÃO

(Fonte: OLIVEIRA, Raescla Ribeiro; RICARDO, Helenice Aparecida, 2016, p.19)

A coleta de dados incluiu o fichamento dos livros analisados, o estudo dos referenciais curriculares (PCNs e BNCC) e dos documentos oficiais e a análise das imagens em que estavam presentes ou representadas mulheres negras e indígenas.

A escolha do livro regional ocorreu devido ao interesse durante a trajetória da pesquisa em identificar os discursos sobre gênero que cercam as populações negras e indígenas que povoam a Amazônia. Para o presente artigo, buscamos publicizar apenas os resultados referentes ao livro regional “Amazônia Legal: História e Geografia.”.

### 3. Representações da “Amazônia Legal”

No destrinchar das duzentas e vinte e quatro páginas do livro, encontrar mulheres e meninas negras e indígenas foi um grande desafio. O estereótipo de uma Amazônia despovoada se articula nas estrelinhas, e, quando realizamos o recorte de gênero e raça/etnia, o desafio se intensifica. Abaixo, seguem análises e recomendações:

a) Livro 3: História e Geografia<sup>1</sup>

**Editora:** FTD.

**Livro:** Amazônia Legal: História e Geografia 4o e 5o Ano Vol. Único.

**Autoras (es):** RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; MEDEIROS, Domingos Ferreira de.

Nessa obra, trabalhamos na perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Assim, definimos como gênero o livro didático, e buscamos analisar os discursos que constroem as representações e autorrepresentações de negras e indígenas na obra didática e traçamos os estilos que se definem pelas identidades que circundam o grupo das mulheres negras e indígenas.

Na representação da mulher indígena, permanece o olhar que as classifica como “Mística, bela, inocente, guerreira, selvagem e serena” identificada por Neves e Kauss (2011). Mulheres indígenas, semioticamente, são apresentadas e representadas nas lendas e com ênfase nos estereótipos citados acima.

Para a representação das mulheres negras, simplesmente não identificamos quaisquer propostas de representação, nem negativa e nem positiva; observamos uma total invisibilidade. Selecionamos alguns trechos analisados:

#### **Texto I – “Indígenas, muitos indígenas”**

**Discurso:** Representação do indígena enquanto vítima/dominado.

**Estilo:** povos indígenas; holandeses; portugueses.

**Problemática:** A repercussão de um discurso que coloca o indígena em posição de vítima/dominado e que distorce a visão acerca deste grupo étnico, impossibilitando o entendimento deste grupo enquanto sujeitos políticos que negociaram por meio de acordos e guerras sua sobrevivência e resistência. O discurso presente no texto aponta o indígena como um sujeito dominado e levado às mãos e ordens dos europeus.

**Intencionalidade da Problemática:** Reforçar a estrutura eurocêntrica dominante.

**Proposta de Resolução:** Apresentar exemplos de resistência e luta dos povos indígenas, com nomes como Ajuricaba.

<sup>1</sup> Estrutura de apresentação assimilada da proposta apresentada por SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** / Salvador : EDUFBA, 2011.



Nessa luta, muitas nações que habitavam os territórios que hoje formam a Amazônia Legal desapareceram. Além disso, os indígenas entravam em conflitos entre si, movidos pelas disputas cuja causa não era deles. Foi o que ocorreu na Guerra de Manaus, entre 1723 e 1728, quando os indígenas Manaus ajudaram os holandeses que disputavam a colônia com os portugueses. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.41).

### Texto II – “Programa de índio”

**Discursos:** Generalização e discurso homogêneo.

**Estilo:** Homens indígenas; mulheres indígenas.

**Problemática:** O texto inicialmente explica que há diversos grupos indígenas, e não generaliza, mas, em seguida, usa frases como “em aldeia indígena, todos trabalham” e a afirmação de que determinadas ações e posições sociais definidas por gênero são praticamente regra para todos os povos indígenas. Dessa forma, consideramos que generaliza e reforça um imaginário do sujeito indígena como um sujeito homogêneo e ausente de subjetividade.

Durante nossa análise, notamos que essa é uma das poucas vezes em que há menção às mulheres indígenas e suas práticas, entretanto, percebemos que essa menção reforça o olhar homogêneo e o *locus* social da indígena como a responsável pela criação das crianças e plantações.

Como apresentado em nossa fundamentação teórica, entendemos que muitos outros são os campos de vivência das mulheres indígenas e que essa perspectiva generalizante em nada contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, ou para a promoção do empoderamento.

**Intencionalidade da Problemática:** Manutenção de um sistema racista e sexista na formação da população brasileira, que ocasiona problemas sociais dos quais a elite dominante se beneficia.

**Proposta de Resolução:** Utilização de textos e narrativas construídos pelos sujeitos dessa História, e a apresentação da população indígena por exemplos de comunidades indígenas específicas, para reduzir o discurso generalizante sobre realidades tão distintas.

Há algumas semelhanças entre as etnias indígenas que vivem no Brasil. Por exemplo, em aldeia indígena, todos trabalham: os homens derrubam uma parte das matas para construir casas para morar e preparam a terra para plantação, além de caçar, pescar e participar das atividades guerreiras. **As mulheres plantam, colhem e cuidam das crianças.** Todos trabalham e tudo o que é produzido é dividido entre eles [...]. (RIBEIRO; MEDEIROS, **grifos nossos**, 2013, p. 55).

### Texto III – “Todo camburão tem um pouco de navio negro”

**Discursos:** Reforça estereótipos.

**Estilos:** negros brasileiros; africanos escravizados; policiais.

**Problemática:** Ausência de contextualização ao comparar camburões como um espaço de “bandidos” e navios negreiros como um espaço de escravizados. Se a comparação problematizasse os processos históricos de marginalização e de retirada de direitos da população negra, poderíamos dizer que o debate foi inserido com uma proposta de discussão da realidade social em prol da mudança da mesma. Porém, ao contrário disso, identificamos que o texto, ao colocar o camburão

como transporte de criminosos, contribui para a criação de discursos estereotipados sobre a população negra.

**Intencionalidade da Problemática:** Construção e assimilação do discurso racista sobre o negro como um sujeito “perigoso” (criminoso) favorece a manutenção da elite racista e do discurso de ódio sobre a representação e autorrepresentação dos sujeitos negros.

**Proposta de Resolução:** O texto poderia abraçar a temática e discorrer sobre temas como a violência policial, as reivindicações do movimento negro que indicam um genocídio da população negra por meio da violência policial e de assassinatos, como o ocorrido com a militante Mariele Franco.

Camburão, você já deve ter ouvido falar, é o carro usado pela polícia para transportar criminosos. E navio negreiro você também já sabe, eram os navios que transportavam os escravizados da África para o Brasil. De lá pra cá, muitas marcas da escravidão ainda estão presentes na vida de todos nós. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.76).

## Texto IV – “É dia de festa”

**Discursos:** Invisibilidade das contribuições históricas e culturais de mulheres negras.

**Estilos:** Mulheres, homens, crianças, afrodescendentes.

**Problemática:** Invisibilidade das mulheres negras é a problemática que identificamos. Os textos falam de “mulheres” em um contexto universal, quando, na verdade, tanto na marujada quanto no marabaixo, a presença das mulheres negras é majoritária. São esses silêncios que impossibilitam o empoderamento e favorecem a ideia da mulher negra sobre o estereótipo da “mulata” e da “mãe negra”, que são pautadas como objetos e não como sujeitos históricos, culturais e produtores de conhecimento.

**Intencionalidade da Problemática:** Manutenção das estruturas de poder.

**Proposta de Resolução:** Apontar as contribuições das mulheres negras no contexto nacional e no contexto amazônico, por meio da apresentação da data do dia 25 de julho, que se refere ao dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha (no Brasil é registrado como o dia de Tereza Benguela), e as narrativas de negras amazônidas como a “aprendiz de naturalista” do casal Algassiz – Alexandrina<sup>2</sup> – que morou em Tefé/AM do século XIX.

Importante em boa parte da Amazônia, a marujada, assim como o carimbó e o boi-bumbá, também está presente na cultura dançada e cantada nas festas de Rondônia e Roraima. Essa festa [...] sendo dançada, principalmente por mulheres. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.170).

“É uma dança de origem afrodescendente, em que homens, mulheres e crianças dançam e cantam sua devoção que mistura a origem africana e a fé católica trazida pelos europeus colonizadores”. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.171).

<sup>2</sup> AMAZÔNIA REAL. *Crônica de gente pouco importante VI: Alexandrina, a aprendiz de naturalista*. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/cronica-de-gente-pouco-importante-vi-alexandrina-a-aprendiz-de-naturalista/>. Acesso em: 29 Ago. 2018.

Desse modo, os resultados dessa pesquisa apontaram alguns avanços no que diz respeito à aplicação da lei 11.645/2008, mas, no que se refere à representação das mulheres negras e indígenas, a caminhada ainda é longa, sendo necessárias muitas lutas e reivindicações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados apontam que mulheres negras e indígenas dentro de seus relatos e propostas teóricas, consideram que há ainda um longo trajeto para que se alcance uma representatividade positiva desse segmento. Além disso, constatamos que os livros didáticos da segunda década do século XXI ainda têm reforçado estereótipos e invisibilizado as mulheres, principalmente as negras e indígenas, nos retratando com um olhar colonial, que vem sendo perpetuado para a manutenção de uma sociedade eurocêntrica, imperialista e capitalista, que necessita do silêncio de mulheres negras e indígenas para continuar “avançando” dentro dos seus moldes.

A trajetória da pesquisa indica a necessidade da participação da população brasileira e dos movimentos sociais na construção de propostas para a reformulação dos livros didáticos, pois os discursos que estes disseminam ainda reforçam estereótipos e preconceitos sobre a representação e autorrepresentação de mulheres negras e indígenas.

Dessa maneira, há necessidade de novas propostas de lei que considerem o recorte de gênero e a reformulação de orientações, como aquelas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que considerem as vivências de mulheres negras e indígenas e suas contribuições históricas, culturais, intelectuais e econômicas na constituição do povo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRAGA, Margarete Aparecida Nath. *Discursos sobre a mulher: Uma Análise do Livro Didático Língua Portuguesa e Literatura: Ensino Médio*. Revista Prolíngua Volume 8. Número 01. jan/jun. 2013.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2016: Ciências Humanas e da Natureza Coleção Integrada e Livros Regionais: ensino fundamental anos iniciais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação jan./abr. 2008 v. 13 n. 37, p.45-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica / Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research*. Tradução: Iran Ferreira de Melo. In: *Methods of critical discourse analysis*, Wodak e Meyer (Org.), 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Uma Reflexão Sobre Alguns Conceitos da Análise do Discurso de Linha Francesa*. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E46KaP\\_MJUIJ:paginapessoal.utfpr.edu.br/cfernandes/analisedodiscurso/textos/UMA%2520SOBRE%2520ALGUNS%2520CONCEITOS%2520ANLISE%2520DO.pdf/at\\_download/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E46KaP_MJUIJ:paginapessoal.utfpr.edu.br/cfernandes/analisedodiscurso/textos/UMA%2520SOBRE%2520ALGUNS%2520CONCEITOS%2520ANLISE%2520DO.pdf/at_download/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acessado em: 28 jan. 2018.

KARIRI-XOCÓ et al. *Pelas Mulheres Indígenas*. Salvador: Thidêwa, 2015.

NEVES, Kelly Cristina da Silva; KAUSS, Vera. *Reflexões sobre as representações da mulher indígena na sociedade brasileira*. Revista escrita do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis. Mai./Ago. v. 2, n.5, 2011. Disponível em: <[http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/184/pdf\\_70](http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/184/pdf_70)>. Acessado em: 26 dez. 2017.

SENA, Odenildo. *Mazelas do livro didático: à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Manaus: Valer, 2016.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?* / Salvador : EDUFBA, 2011.

SILVA, Edson; SILVA, Márcia da Penha. *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da lei 11.645/2008*. Recife: Universitária UFPE, 2013.